



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

INSS suspende perícia de revisão do auxílio-doença após alta de casos de Covid-19

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) suspendeu a realização das perícias para revisão do auxílio-doença, em razão do aumento de casos de Covid-19 no país. A decisão foi publicada no Diário Oficial nesta terça-feira (11) e passou a valer a partir de 12 de janeiro.

O INSS e a SPMF (Subsecretaria da Perícia Médica Federal) determinaram a suspensão das perícias "tendo em vista o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19)", segundo o comunicado publicado no Diário Oficial.

Em agosto de 2021, a operação de pente-fino do INSS convocou 170 mil beneficiários do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) para a perícia.

Em setembro, o INSS convocou novamente mais de 95 mil segurados, que não haviam sido localizados pelo órgão ou respondido à convocação até então, para agendamento da perícia até 11 de novembro. Mais de 10 mil segurados no estado de São Paulo estavam nessa situação.

A convocação determinava suspensão do pagamento do benefício caso o segurado não agendasse a perícia no prazo ou não comparecesse na data prevista. O pagamento poderia ser cortado definitivamente após 60 dias da suspensão.

A suspensão das periciais revisionais, publicada nesta semana, não vale para os mutirões de perícia médica que já estavam previamente programados e com viagens definidas pela SPMF, segundo o comunicado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 14 de janeiro.

Falha no INSS nega auxílio de segurado doente

Uma falha na sincronização de dois sistemas usados nas perícias para concessão de benefícios por incapacidade do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) resultou na negativa de auxílios-doença que tinham sido aprovados pelos médicos, segundo a ANMP (Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais).

O INSS diz ter identificado uma instabilidade na concessão automática de benefício por incapacidade, junto com a Dataprev (empresa de processamento de dados), que já teria corrigido o problema. A falha, segundo o instituto, resultou no reprocessamento de 6.173 pedidos nos dias 8 e 9 de janeiro.

O erro, de acordo com a ANMP, estaria ocorrendo na integração de dados entre o sistema usado na perícia, o Sabi (Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade), e o Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais), que é arquivo básico do INSS, onde são registrados os vínculos de emprego do trabalhador, suas contribuições e eventuais afastamentos.

Todos os dados da perícia inicial são lançados no Sabi, que é interligado ao Cnis. A falha na comunicação entre as duas bases estaria levando às negativas, mesmo quando o perito considerou que o segurado tinha direito ao benefício.

Esse bloqueio impede que o médico informe, por exemplo, se aquele benefício por incapacidade é de natureza ocupacional, ou seja, se ele tem origem em acidente ou doença do trabalho. Para essa classificação, o perito precisa incluir no sistema a CID (classificação internacional de doenças) e o Cnae (classificação de atividades econômicas).

"É inadmissível que um grave equívoco como esse permaneça em vigor e continue prejudicando os segurados e colocando os servidores em risco, por passarem a ser alvo da indignação dos cidadãos mesmo sem ter dado causa ao indeferimento", diz a associação, em nota.

A advogada Priscila Arraes Centeno diz que o problema é muito similar ao ocorrido em abril do ano passado, após uma atualização dos sistemas. Na época, cerca de 650 mil pedidos ficaram sem resposta porque o sistema do INSS acusava erro em dados ou a falta de alguma informação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 14 de janeiro.

Terceira parcela do Auxílio Brasil incluirá 3 milhões de famílias

Prevista para começar a ser paga na próxima terça-feira (18), a terceira parcela do Auxílio Brasil incluirá 3 milhões de famílias, anunciou hoje (13) o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Com a medida, o total de famílias atendidas aumentará para 17,5 milhões.

Com a promulgação da emenda constitucional que permitiu o parcelamento de precatórios (dívidas reconhecidas definitivamente pela Justiça), o valor da parcela passou para R\$ 400. As famílias incluídas no programa receberão o Auxílio Brasil por meio do aplicativo Caixa Tem, que permite a movimentação de depósitos em contas poupança digitais, até o recebimento do cartão.

As novas famílias não precisarão ir às agências para validarem o cadastro no Auxílio Brasil. Isso porque a inclusão no programa baseou-se em pedidos antigos processados pelo Ministério da Cidadania. “Esse cadastramento foi realizado, no mesmo modo que no auxílio emergencial lá atrás. Então, a validação já foi realizada”, explicou.

O Auxílio Brasil seguirá o calendário do antigo Bolsa Família e pagará as parcelas nos dez últimos dias úteis de cada mês, com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS). O pagamento da parcela de janeiro começará no próximo dia 18, para beneficiários com NIS 1, e terminará no dia 31, para beneficiários com NIS de final 0.

Pedro Guimarães também anunciou o depósito do retroativo da cota adicional do auxílio emergencial de 2020 para cerca de 823,4 mil pais solteiros. O crédito será feito por meio do aplicativo Caixa Tem na mesma conta poupança digital usada para receber o auxílio emergencial. Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 14 de janeiro.

Volume de serviços prestados sobe 2,4% em novembro ante outubro, afirma IBGE

O volume de serviços prestados subiu 2,4% em novembro ante outubro, na série com ajuste sazonal, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, informou nesta quinta-feira, 13, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês anterior, o resultado do indicador foi revisto de uma queda de 1,2% para recuo de 1,6%.

O resultado de novembro ficou acima do teto das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam desde uma queda de 1,0% a uma alta de 1,5%, com mediana positiva de 0,1%.

Na comparação com novembro do ano anterior, houve elevação de 10,0% em novembro de 2021, já descontado o efeito da inflação. Nessa comparação, veio também muito além das previsões que eram de uma elevação de 4,8% a 7,8%, com mediana positiva de 6,7%.

A taxa acumulada no ano de 2021 foi de elevação de 10,9%. Em 12 meses, os serviços acumulam alta de 9,5%. A receita bruta nominal do setor de serviços subiu 1,9% em novembro ante outubro. Na comparação com novembro de 2020, houve avanço de 15,5% na receita nominal.

Quatro das cinco atividades de serviços registraram expansão na passagem de outubro para novembro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). O destaque foi o desempenho de informação e comunicação (5,4%). As demais expansões ocorreram em transportes (1,8%), serviços prestados às famílias (2,8%) e outros serviços (2,9%). Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 14 de janeiro.

Planos de saúde projetam alta no número de clientes impulsionada pela Covid

O setor de planos de saúde espera fechar o balanço do ano de 2021 com alta de 2,8% no número de clientes, seu melhor desempenho desde 2013. Se confirmada a projeção, os convênios terão se aproximado da marca de 49 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares —o maior patamar desde dezembro de 2015.

A estimativa é da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), entidade que representa os principais grupos de operadoras de planos de saúde do país. A conta final será fechada nas próximas semanas.

Com a pandemia da Covid-19, o segmento passou a ganhar usuários mês a mês de forma contínua, após anos de perda. Foram 2,2 milhões de novas adesões desde junho de 2020, totalizando 48,6 milhões de clientes até meados de dezembro do ano passado.

O movimento, segundo a diretora-executiva da FenaSaúde, Vera Valente, reflete a "busca natural por segurança" em um momento de crise sanitária. A pandemia também impulsionou a valorização do SUS (Sistema Único de Saúde), universal e gratuito —sobretudo em relação à vacinação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 14 de janeiro.